



Bolsas Na sexta-feira	Pontuação B3 Ibovespa nos últimos dias	Dólar Na sexta-feira	Salário mínimo Últimos	Euro Comercial, venda na sexta-feira	CDI Ao ano	CDB Prefixado 30 dias (ao ano)	Inflação IPCA do IBGE (em %)
0,26% São Paulo	137.771 26/8 27/8 28/8 29/8	R\$ 5,422 (+ 0,29%)	25/agosto 5,414 26/agosto 5,434 27/agosto 5,417 28/agosto 5,406	R\$ 1.518	R\$ 6,344	14,90%	Março/2025 0,56 Abril/2025 0,43 Maio/2025 0,26 junho/2025 0,24 Julho/2025 0,26
0,2% Nova York						14,91%	

GUERRA COMERCIAL

Brasil está sem pressa para retaliar os EUA

Lula diz que a adoção da Lei da Reciprocidade sinaliza que o país não quer ser tratado como 'moleque', mas está aberto ao diálogo

» FERNANDA STRICKLAND
» VÍCTOR CORREIA
» EDLA LULA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse, ontem, não ter pressa para aplicar medidas de retaliação contra a sobretaxa de 50% aplicada pelos Estados Unidos a produtos brasileiros. A fala ocorreu um dia após o petista autorizar que a Câmara de Comércio Exterior (Camex) inicie consultas para preparar a reciprocidade.

Lula explicou que deu a ordem porque o processo é demorado, e que a intenção, no momento, é negociar. Afirmou ainda que não tem previsão para aplicar a Lei de Reciprocidade Comercial.

“Isso é um processo um pouco demorado. Eu não tenho pressa de fazer qualquer coisa com a reciprocidade com os Estados Unidos. Eu tomei a medida porque nós temos que andar o processo”, respondeu o presidente ao ser questionado durante entrevista para a Rádio Itatiaia, de Minas Gerais. “Se você for tentar andar da forma que todas as leis exigem, o comportamento da Organização Mundial do Comércio (OMC), você vai demorar um ano. Então, nós temos que começar. Temos que dizer para os EUA que nós também temos coisas para fazer. Mas não temos pressa”, acrescentou.

Na quinta-feira, Lula determinou, por meio do Ministério das Relações Exteriores, que a Camex prepare um relatório técnico, em até 30 dias, analisando se as ações de Trump se enquadram na Lei de Reciprocidade, aprovada neste ano pelo Congresso Nacional. É o primeiro passo para que o Brasil adote

whitehouse/Reprodução



O Brasil vem sendo sobretaxado desde abril, quando Trump puniu 185 países com as tarifas recíprocas, consideradas ilegais pelo tribunal de apelações

a retaliação.

Ontem, o governo brasileiro comunicou oficialmente os Estados Unidos sobre o estudo e dará espaço para que haja negociação. O processo é semelhante ao adotado pelos EUA na investigação da Seção 301 da Lei do Comércio que investiga o Pix e outros dispositivos da economia brasileira. Nesse caso, o governo federal também enviou sua defesa à gestão Trump.

O chefe do Executivo lamentou que as autoridades

norte-americanas não demonstram interesse para o diálogo, mas disse estar disposto a conversar com o presidente Donald Trump, se houver abertura. “Se o Trump quiser negociar, o Lulinha paz e amor está de volta”, frisou.

Após a entrevista, Lula voltou a tocar no assunto em discurso durante evento para anunciar investimentos em mobilidade urbana em Contagem, Minas Gerais. Para ele, o tarifaço de Trump contra diversos países é uma “mentira

disfarçada para tentar mudar a geopolítica mundial”.

O petista também citou uma das tentativas de negociação, entre o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e o secretário do Tesouro dos EUA, Scott Bessent, que foi cancelada, e Bessent se reuniu pouco depois com o deputado Eduardo Bolsonaro (PL-SP). “O Brasil não quer ser tratado como moleque. O Brasil tem maturidade suficiente para querer ser respeitado. Não é porque alguém é mais rico que

pode falar grosso comigo”, enfatizou Lula.

Entidades reagem

Diversas instituições emitiram notas, ontem, nas quais manifestam preocupação com a decisão do governo Lula de aplicar a Lei da Reciprocidade. A Câmara Americana de Comércio para o Brasil (Amcham) voltou a defender e aponta que estamos no caminho correto”, afirmou.

Em abril, na apresentação do PLDO de 2026, os técnicos admitiram que havia um buraco de R\$ 118 bilhões de receitas ainda não confirmadas. Ao **Correio**, Montes afirmou que “esse buraco não existe mais”.

Para analistas, contudo, os números da peça orçamentária deixam mais dúvidas do que certezas. Felipe Salto, economista-chefe da Warren Investimentos, escreveu que, com receitas superestimadas, “será muito difícil cumprir a meta fiscal de 2026, mesmo que no limite inferior, de resultado zero”. As projeções dele indicam que o rombo fiscal será de R\$ 101,6 bilhões e, após a exclusão dos R\$ 57,8 bilhões em precatórios excedentes, o resultado para fins de verificação da meta ainda seria deficitário em R\$ 43,8 bilhões. “Nossa receita líquida projetada é de quase R\$ 79 bilhões superior à calculada pelo governo no Ploa”, alertou Salto, acrescentando que esse montante seria o corte de despesas discricionárias (não obrigatórias) requerido para cumprir a meta fiscal.

recente pesquisa conduzida pela Amcham Brasil, 86% das empresas avaliam que medidas de reciprocidade tenderiam a agravar o conflito bilateral e reduzir o espaço para negociações, ampliando incertezas para os negócios”, diz a entidade.

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) defendeu prudência e disse que é preciso insistir no diálogo. “Precisamos de todas as formas buscar manter a firme e propositiva relação de mais de 200 anos entre Brasil e Estados Unidos”, declarou o presidente da CNI, Ricardo Alban.

Na próxima semana, tanto a Amcham Brasil quanto a CNI estarão em Washington para tentar reverter o tarifaço. Dirigentes das duas entidades vão participar da audiência pública sobre a investigação aberta nos termos da Seção 301 da Lei de Comércio dos Estados Unidos, além de compromissos com o setor público americano. A comitiva da CNI conta com mais de 100 líderes empresariais.

Tarifas ilegais

Ontem, o Tribunal de Apelações do Circuito Federal, em Washington, capital dos EUA, sentenciou que as tarifas recíprocas impostas por Trump em abril, além da taxa-ção aplcada, em fevereiro, contra China, Canadá e México são ilegais. O tribunal deu prazo até 14 de outubro para que as tarifas serem suspensas.

Em suas redes sociais, o presidente norte-americano contestou a decisão, afirmando que o tribunal de apelações é “altamente partidário”. Ele declarou que vai manter a taxação “com a ajuda da Suprema Corte dos EUA.”

POLÍTICAS PÚBLICAS

Proposta de Orçamento prevê salário mínimo de R\$ 1.631

» ROSANA HESSEL

O governo enviou ao Congresso Nacional, ontem, o Projeto de Lei Orçamentária Anual (Ploa) de 2025 prevendo um reajuste real (acima da inflação) de 2,5% no salário mínimo, que deverá passar dos atuais R\$ 1.518 para R\$ 1.631. O dado é R\$ 1 acima do valor previsto no Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) do próximo ano e R\$ 113 acima do piso atual. O reajuste está no teto de aumento real de despesas previsto no arcabouço fiscal.

Conforme os dados do Ploa de 2026, as receitas estão infladas para fechar as contas, tanto que os técnicos da equipe econômica lançaram mão de mais de R\$ 200 bilhões de receitas extraordinárias e condicionadas para fechar as contas. Mesmo assim, as contas devem fechar no vermelho em R\$ 23,3 bilhões, o equivalente a 0,17% do Produto Interno Bruto (PIB). Entre essas receitas extraordinárias, como R\$ 54 bilhões de dividendos das estatais, R\$ 31 bilhões de receitas com leilões de exploração de petróleo, R\$ 10 bilhões de compensações tributárias previstas na

Medida Provisória nº 1303/2025, e R\$ 20 bilhões como programa de renegociação integral, uma espécie de novo Refis, entre outras.

Além disso, o governo conta com a arrecadação de R\$ 19,8 bilhões, com a aprovação de um Projeto de Lei Complementar (PLP) nº 182/2025, protocolado na noite de ontem pelo líder do governo na Câmara dos Deputados, José Guimarães (PT-CE).

Apesar desse malabarismo contábil, o governo só conseguirá cumprir a meta fiscal, que prevê um superávit primário de R\$ 34,3 bilhões, ou 0,25% do Produto Interno Bruto (PIB), com limite inferior de déficit primário zerado, no papel, graças ao aval do Supremo Tribunal Federal (STF) para o desconto de parte do pagamento previsto de precatórios — dívidas judiciais que não cabem recursos. O montante passou de R\$ 55,1 bilhões, no PLDO, para R\$ 57,8 bilhões, no Ploa, e, com isso, o governo passou a prever um superávit de R\$ 34,5 bilhões, ou 0,25% do PIB.

O último Orçamento do terceiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva é recheado de recordes, somando R\$ 6,530 trilhões

Washington Costa



Dario Durigan comemorou a “consistência nos resultados fiscais”

de despesas. Desse total, R\$ 2,6 trilhões é a previsão para as despesas primárias do governo central — que inclui Tesouro Nacional, Banco Central e Previdência Social — dado R\$ 6,8 bilhões acima do previsto no PLDO.

O limite de despesas sujeitas ao limite do arcabouço fiscal em 2026 cresceu R\$ 168 bilhões em relação ao teto deste ano, para R\$ 2,428 trilhões, e 93,6% delas são obrigatórias, das quais R\$ 80,9 bilhões são gastos com benefícios previdenciários e R\$ 39,7 bilhões, com pessoal e encargos.

Porta-vozes

Os ministros da Fazenda, Fernando Haddad, e do Planejamento

e Orçamento, Simone Tebet, viajaram e deixaram a tarefa de explicar o Ploa aos jornalistas, ontem à noite, para os respectivos secretários-executivos, Dario Durigan e Gustavo Guimarães. Eles tiveram a ajuda do secretário de Orçamento Federal, Clayton Montes, do chefe do Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros da Receita Federal, Claudemir Malaquias, e do secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron, que participou de forma virtual.

Ao comentar o Ploa, Dario Durigan fez questão de comemorar o fato de que o governo vai conseguir colocar as contas no azul — mesmo que apenas no papel — e tentou elencar dados positivos da economia, como a taxa de desemprego

» Conta de luz segue mais cara

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) anunciou, ontem, a bandeira tarifária vermelha patamar 2 para o mês de setembro, o que representa uma cobrança adicional de R\$ 7,87 a cada 100 kW/h (quilowatt-hora) consumidos. É o mesmo nível do mês de agosto. A manutenção da medida, segundo a agência, deve-se à necessidade de acionamento de usinas termelétricas. Segundo a Aneel, o uso maior de térmicas é necessário por causa da falta de chuvas nos reservatórios das usinas hidrelétricas. “As atuais condições de fluência dos reservatórios das usinas, abaixo da média, não são favoráveis para a geração hidrelétrica. Em consequência, há necessidade de maior acionamento de usinas termelétricas, com elevados custos de geração, o que justifica a manutenção da bandeira vermelha patamar 2 para setembro”, disse a nota da agência. Criado em 2015, o sistema das bandeiras tarifárias indica quanto custa, a cada mês, para o Sistema Interligado Nacional (SIN) gerar a energia.